

AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE EM MORRO REDONDO - RS

*Fernando Pacheco Cortez**
*Flávio Sacco dos Anjos***
*Nádia Velleda Caldas****

RESUMO

O presente estudo aborda o fenômeno da pluriatividade praticada por agricultores familiares de Morro Redondo, uma localidade representativa da microrregião de Pelotas e dos municípios que integram a chamada “Serra dos Tapes”. A primeira seção é dedicada a uma exposição sobre o problema de pesquisa, e a segunda centra-se numa reflexão sobre o conceito de pluriatividade e suas interfaces com a agricultura familiar enquanto categoria de análise. Na terceira seção tem-se a explicitação do marco metodológico da pesquisa conduzida pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia da UFPel e pelo curso de Desenvolvimento Rural da UFRGS. A quarta seção trata da discussão sobre alguns aspectos que identificam o contexto empírico desta pesquisa, qual seja, o município de Morro Redondo, RS. É na quinta e última seção que se discutem os dados e informações levantados a partir deste estudo. Demonstram-se diferenças existentes entre as explorações com base no confronto entre as unidades de produção exclusivamente agrícolas e pluriativas. As primeiras tendem a apresentar uma renda agrícola total superior às pluriativas. Estas, entretanto, apresentam uma renda total superior às segundas. O exercício de atividades externas ou de iniciativas não agrícolas, como ficou demonstrado, acarreta, junto às transferências sociais (aposentadorias e pensões), a possibilidade de garantia ao atendimento de suas necessidades fundamentais.

Palavras-chave: Agricultura familiar, pluriatividade, desenvolvimento rural.

1 INTRODUÇÃO

A última década evidencia mudanças substanciais na agenda de investigação social da agricultura e do mundo rural brasileiros. Nesse contexto, cabe destacar, pelo menos, três grandes vetores de mudança dignos de nota. O primeiro deles prende-se à consolidação da agricultura familiar como categoria de análise. Cresce

* Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Departamento de Ciências Sociais Agrárias, e-mail: fpcortez@uol.com.br

** Universidade Federal de Pelotas. Departamento de Ciências Sociais Agrárias. Email: flaviosa@ufpel.tche.br

*** Universidade Federal de Pelotas. Departamento de Ciências Sociais Agrárias. E-mail: nvcaldas@ufpel.tche.br

Teor. e Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 13	n. 25	p. 135-153	novembro 2005
---------------------	-------------	-------	-------	------------	---------------

consideravelmente o número de pesquisas sobre o tema, abandonando-se rapidamente outras formas de referência, invariavelmente vagas (pequeno produtor, arrendatário, integrado, parceiro, meeiro etc.) ou de escassa utilidade para dar conta dos processos que atravessam o campo brasileiro. Essa mudança ocorre *pari passu* com a pressão dos movimentos sociais por uma política diferenciada que atenda aos interesses de quase quatro milhões de estabelecimentos rurais espalhados pelos mais distintos rincões da geografia nacional. Fruto dessas pressões tem-se a aparição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1995.

O segundo deles aparece associado ao primeiro, tendo a ver com certos estudos sobre a agricultura familiar e sobre o mundo rural, os quais desnudam uma realidade que, como veremos na seção subsequente, aparecia quase que exclusivamente referida ao contexto dos países centrais. Falamos aqui da emergência da pluriatividade como objeto de estudo, sobre o qual se debruçaram economistas, sociólogos, geógrafos e agrônomos com vistas a compreender a natureza enigmática desse fenômeno, particularmente ao longo das décadas de 1970 e 1980. No Brasil, os primeiros estudos remontam apenas a primeira metade da década de 1990. O grande impulso dar-se-ia somente na segunda metade dessa década, por força do surgimento do Projeto Rurbano.¹ As atividades não agrícolas convertem-se em tema de pesquisas sobre o rural brasileiro em distintas regiões do país.

Fruto desse quadro, surge o terceiro grande vetor de mudanças na agenda de investigação social brasileira que queremos aqui destacar, o qual aparece associado a um *corpus* teórico que reivindica uma nova leitura sobre o rural como objeto de reflexão acadêmica. Esse novo olhar postula romper com o mito de que os espaços não urbanizados operam única e exclusivamente sob o ritmo dos avatares da produção agropecuária. A perspectiva ambiental, os objetivos de construir a sustentabilidade em suas distintas dimensões (ecológica, social, cultural, econômica, política e social) legitimam, entre outros fatores, a busca por consolidar um novo quadro de referência. Esse processo repercute, como é sabido, na formulação de novas políticas de intervenção, que clamam por mudanças de enfoque e de conteúdo.

O estudo que ora trazemos a público se insere no quadro dessas mudanças. Trata-se, como oportunamente veremos, de um estudo de caso sobre uma localidade situada no extremo sul gaúcho, representativa de uma das quatro microrregiões homogêneas do IBGE (Pelotas, Caxias do Sul, Cerro Largo e Frederico Westphalen), no qual a ênfase da investigação recai na análise sobre a dinâmica da agricultura familiar e do mundo rural sul-rio-grandense.

¹ O Projeto Rurbano consiste num programa de pesquisa liderado pela Unicamp e que congregou mais de quarenta pesquisadores das regiões Sul, Sudeste, e Nordeste, investigando, a partir da segunda metade da década de 1990, as novas dinâmicas que afetam a ocupação da força de trabalho rural e de regiões não metropolitanas, bem como a emergência da pluriatividade no país. A principal constatação é a de que há o crescimento da população economicamente ativa rural ocupada em atividades não agrícolas. Ver a propósito: <http://www.eco.unicamp.br/projetos>.

Sinteticamente, este trabalho se propôs conhecer, identificar e caracterizar, através de amostragem estatística adequada, o estado da arte dos agricultores familiares do município de Morro Redondo, RS, privilegiando, no objeto de estudo, as suas expressões de pluriatividade. Além disso, buscou-se apreender o significado da pluriatividade na percepção dos próprios grupos familiares em estudo.

Além dessa breve introdução, este artigo inclui uma aproximação com a dimensão teórica da pluriatividade (segunda seção) e apresentação da metodologia adotada (terceira seção). A quarta seção é destinada a refletir sobre os elementos que caracterizam, em grandes traços, o contexto empírico desta investigação. A quinta e última seção reúne os resultados e a discussão dos dados e informações que a pesquisa apurou. Examinam-se aspectos importantes sobre o tema da pluriatividade, confrontando estabelecimentos em que essa prática ocorre com aqueles onde a reprodução social dos grupos domésticos se estrutura exclusivamente com base na agricultura. Diferenças surgem não apenas na lógica de funcionamento das explorações examinadas, mas, sobretudo, do ponto de vista de como estas vislumbram as perspectivas de seus estabelecimentos sob a égide das transformações que hoje incidem sobre o campo brasileiro e gaúcho, em particular.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE

São diversas as referências dos estudos que aludem à combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. São consideradas clássicas as abordagens feitas há bastante tempo nas obras de Chayanov (1974, p. 120) e Kautsky (1998, p.239). Em anos mais recentes, o debate teórico sobre atividades e rendimentos extras, principalmente da Europa, apresenta como destaque o conjunto de trabalhos relatados por Fuller (1984, 1990), em que se estabelece, de maneira quase consensual, o termo “pluriatividade” como aquele que retrata a condição de uma estratégia utilizada para a manutenção da unidade de produção familiar e que supera a terminologia antes utilizada para distinguir aqueles produtores que não tinham na agricultura sua atividade laboral exclusiva.

A pluriatividade é vista na dimensão de processo que depende de condições internas da unidade familiar e de seu ambiente próximo, manifestando-se diferentemente de acordo com sua inserção espacial e histórica diante de contextos diferenciados. Nessa perspectiva encontram-se os relatos de tais diferenças como Reis et al. (1990), Jervell (1999, p. 102), Eikeland (1999, p. 360), Sofer (2001, p. 371), Campagne, Carrère e Valceschini (1990, p. 420), Efstratoglou-Todoulu (1990, p. 407), Kinsella, Floor de Jong e Renting (2000, p. 484). A percepção de pluriatividade na dimensão de *estratégia* é relatada por Etxezarreta et al. (1995, p. 449) ao considerá-la como uma forma adequada para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, ressaltando, contudo, que sua ocorrência não eleva, necessariamente, o padrão de vida dos membros dessa família.

No Brasil, os relatos sobre as formas adicionais de complemento de renda na agricultura familiar estão presentes nos trabalhos de Garcia Jr (1983, 1989.). Posteriormente, valendo-se da terminologia “agricultura em tempo parcial”, apõem-se os trabalhos de Sacco dos Anjos (1995, 1995a.) e Schneider (1995). Os estudos que passam a empregar a denominação “pluriatividade” são exemplificados nos trabalhos de Schneider (1999a; 1999b, 2003), Sacco dos Anjos (2001, 2003), Kageyama (1998), e Carneiro (1998) dentre outros. Dada a complexidade do fenômeno, a questão que permanece em debate na literatura específica é o modo peculiar de expressão da pluriatividade e a natureza de sua inserção. Trata-se de uma diversidade que se apresenta singular à medida que cada família tem um modo específico de inserção pluriativa, que depende de si mesma e do entorno socio-econômico de influência direta. Sob essa consideração, assinala-se o reconhecimento da dificuldade natural no estudo do fenômeno, conforme Carneiro e Teixeira (2003, p.16):

O recurso às atividades não agrícolas por membros de famílias de agricultores é uma prática antiga no Brasil e que foi analisada durante muito tempo como uma característica intrínseca à agricultura familiar [...] Todavia, só recentemente (década de 90) alguns autores (Schneider, 1994; Anjos, 1995) recorreram às noções de agricultura de tempo parcial e de pluriatividade para qualificar essa prática. A questão que permanece é sobre a especificidade da pluriatividade como fenômeno da atualidade. Até que ponto a complementaridade de renda familiar como mecanismo de estratégia de reprodução social na atual conjuntura – caracterizada pela integração dos mercados rurais e urbanos, pelas modernas estratégias de expansão industrial (interiorização e flexibilização do processo produtivo) e pelas novas relações de trabalho (terceirização e informalidade) – se distingue das práticas implementadas em outros contextos socioeconômicos. Esse é um longo debate que, apesar de recente, já inclui uma vasta bibliografia.

Assim, utiliza-se a perspectiva de que através de estudos continuados, conforme Souza (1999, p. 9), outros contextos específicos de pluriatividade possam ser estudados procurando-se utilizar como unidade de análise a família e sua relação com o entorno com o qual mantém interação. Tal procedimento pode oferecer condições para se estabelecerem tipologias que permitam diferenciar o fenômeno tanto na perspectiva de uma estratégia de ação, na medida de seu caráter pró-ativo, como, ao contrário, uma prática circunstancial, subordinada pelo ambiente socioeconômico, à luz da correlação de forças que imperam sob tal cenário, e que é capaz de determinar as próprias expressões da agricultura de base familiar.

3 METODOLOGIA

Trata-se, como aludimos anteriormente, de uma investigação levada a efeito em quatro zonas do território gaúcho, relativas às microrregiões de Pelotas (extremo sul), Caxias do Sul (serra gaúcha), Cerro Largo (fronteira com Argentina) e Alto Uruguai (fronteira norte com Santa Catarina). No estado do Rio Grande do Sul, nosso universo amostral correspondeu a cerca de 2.500 estabelecimentos rurais.

Entretanto, apesar de se identificarem plenamente com a hegemonia da agricultura familiar enquanto forma social de produção preponderante, as quatro microrregiões são portadoras de diferenças substanciais do ponto de vista da dinâmica territorial de desenvolvimento. Em cada uma das delas foi escolhido um município representativo dessa mesma dinâmica, de cujo universo de estabelecimentos existentes foi extraída uma amostra de aproximadamente 10% das explorações. Esse procedimento resultou num total de 238 estabelecimentos investigados, cujos titulares e/ou pessoas de referência foram submetidos à aplicação de um questionário estruturado que engendrou a montagem de um banco de dados (formato SPSS) com aproximadamente 1.200 variáveis.

O objetivo fundamental da pesquisa foi examinar a dinâmica da agricultura familiar com ênfase no papel das rendas agrícolas e não agrícolas. O que aqui examinaremos é uma pequena parcela dos dados, particularmente no que toca, como dissemos, ao município de Morro Redondo. Há, todavia, que esclarecer alguns pressupostos metodológicos que determinaram a definição da unidade amostral. Nosso estudo elegeu a agricultura familiar como categoria de análise e, diante dessa opção, surgem certas dificuldades operacionais do ponto de vista da definição do universo de análise.

Tradicionalmente, quando se fala de agricultura familiar e de outras categorias correlatas (colono, pequeno produtor, produtor de baixa renda, agricultor de subsistência etc.), aparecem associadas quatro dimensões fundamentais, quais sejam: a *unidade de produção* (o estabelecimento rural onde se pratica alguma exploração animal, vegetal ou de transformação agroindustrial), o *grupo doméstico* (conjunto de pessoas que compartilham laços de parentesco e consanguinidade e um mesmo espaço vital, podendo a ele pertencer outros membros não consanguíneos), a *unidade de residência* (a morada) e, finalmente, a *unidade de consumo* (uma família que produz e trabalha em regime de economia familiar com vistas a viabilizar o sustento material de todo o grupo)

Além desses elementos conceituais acrescentam-se outros quatro aspectos operacionais, que podem ajudar a discernir situações duvidosas na pesquisa de campo. Assim, na composição do universo amostral orientamo-nos com base em outros pressupostos no que toca à situação das famílias rurais investigadas.

Nosso marco referencial prende-se às situações em que não houve contratação de trabalho externo em proporção que supere o fornecido pela própria família ao longo do ano agrícola 2001-2002. Em caso de haver agricultores familiares que empregaram

trabalhadores temporários ou permanentes, a quantidade total anual de trabalho contratado não deveria superar a força de trabalho aplicada pela própria família, caso contrário, seriam descartados de integrar a unidade amostral.

Destarte, consideramos como agricultura familiar as situações em que houvesse o desenvolvimento de alguma atividade agrícola comercial no estabelecimento. Em relação ao tamanho da propriedade, decidiu-se descartar as unidades de produção que excedessem a seis módulos fiscais.² Também formaram parte da amostra os agricultores cujos estabelecimentos não eram de propriedade dos responsáveis (escritura definitiva), incluindo outras modalidades de uso da terra, como o arrendatário, o posseiro, o ocupante, meeiro, parceiro, etc.

As chamadas “chácaras de final de semana” e os sítios de recreio de pessoas de origem urbana foram excluídas da análise. Outrossim, integraram a amostra os grupos domésticos em que viviam exclusivamente aposentados rurais. Mesmo, nesse caso, há que haver pelo menos a produção para seu próprio consumo (autoconsumo) ou que houvesse sido desenvolvido algum tipo de venda de produtos ou execução de outras atividades agrícolas ou não agrícolas na geração de receitas ao longo do ano agrícola 2001-2002.

O método para amostragem utilizado nos estudos de caso do projeto de pesquisa foi o da “amostragem sistemática por comunidade”, que é considerada uma pesquisa amostral não probabilística. Neste tipo de pesquisa, o erro amostral pode ser aproximado ao da amostragem aleatória simples.

Paralelamente, realizaram-se entrevistas com agricultores familiares visando colher depoimentos sobre sua visão de mundo e expectativas frente ao futuro. Alguns deles serão evocados neste artigo para dar conta de questões sobre as quais nossos dados e estatísticas não nos permitiram avançar e que envolvem valores simbólicos e outros aspectos subjacentes a escolhas e tomadas de decisão por parte das famílias rurais enquanto ator social coletivo.

O exame da realidade demonstrou quão eficaz pode ser a articulação de métodos quantitativos e qualitativos para dar conta de elementos dessa natureza. Em linhas gerais, foram esses os procedimentos adotados na execução desta pesquisa.

² O módulo fiscal é definido no Estatuto da Terra (lei nº 4 504 de 30-11-64). Resumidamente, podemos defini-lo como uma porção de terra capaz de garantir a sustentação material de um agricultor e de sua família, variando suas dimensões de acordo com a região e o tipo de exploração.

4 O CONTEXTO EMPÍRICO DA INVESTIGAÇÃO: A MICRORREGIÃO DE PELOTAS E O MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO

Antes de entrar na discussão propriamente dita dos dados e confrontar as grandes questões a que nos propusemos responder, é pertinente uma rápida aproximação à realidade empírica em que se baseou este estudo, identificando os aspectos mais importantes sobre o contexto da investigação. Esses traços serão fundamentais para entender como as transformações mais amplas acabam por interferir nos processos que ocorrem no seio da unidade familiar, especialmente no que tange ao objeto deste trabalho, qual seja, a esfera das escolhas e determinantes atinentes ao processo de reprodução da agricultura familiar.

4.1 A microrregião de Pelotas: crise e estagnação

O município de Morro Redondo foi escolhido como sendo uma localidade representativa da microrregião de Pelotas em suas características essenciais. Seu surgimento, enquanto município, deu-se em 1989 ao emancipar-se de Pelotas, do qual, até então, era apenas um distrito. Trata-se de uma zona fisiográfica (Serra dos Tapes) marcada, sobretudo, pelos traços das colonizações germânica, italiana, francesa e portuguesa a partir do assentamento de imigrantes desencadeado na segunda metade do século XIX.

A parte plana da região sul do Rio Grande do Sul, como é sabido, já havia sido ocupada com base nas grandes estâncias voltadas à pecuária extensiva (regime de sesmarias) desde o começo do século XIX e que teve seu auge, como modelo econômico, até começos do século XX com o ciclo do charque. Esse produto, gerado a partir da salga da carne de vacum, era exportado para outros países (Cuba, EUA) e regiões do Brasil (São Paulo, Minas Gerais) como produto presente na dieta alimentar de escravos que trabalhavam em grandes fazendas e na exploração mineira.

É interessante ressaltar que a vinda dos colonos europeus para a região coincidiu justamente com a crise da indústria saladeiril³, apesar de a colonização privada, apoiada financeiramente pelo Governo Imperial, converter-se num negócio altamente lucrativo com base no assentamento de imigrantes nas áreas de mato da região serrana.

Superadas as dificuldades iniciais, os colonos desenvolveram um sistema econômico baseado não apenas na produção de alimentos para serem vendidos no entorno de Pelotas, mas de artigos transformados no interior das propriedades, como no caso da produção vitivinícola, de doces em pasta e, sobretudo, da indústria de conservas de pêssego e aspargo. Os colonos mais bem-sucedidos acumularam algum capital e

³ Inúmeras são as causas apontadas para tal, como a extinção do regime escravocrata em distintos países, a desorganização produzida pelos freqüentes conflitos bélicos, a exemplo das grandes revoluções, a concorrência dos países do Prata etc.

instalaram pequenos moinhos para a produção de farinhas de trigo e milho, assim como as primeiras fábricas de conservas vegetais.

Existe um certo consenso de que o auge desse modelo colonial deu-se entre o final do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX. A ascensão de Vargas ao poder e o apoio deliberado aos grandes grupos para o desenvolvimento industrial assumiram, no plano local, uma conotação absolutamente dramática por força dos entraves que foram sendo colocados às famílias rurais, que, da noite para o dia, conheceram toda sorte de embaraços legais (rigorosas normas sanitárias e trabalhistas) ao funcionamento de suas pequenas indústrias.

Simultaneamente, distribuíram-se generosos incentivos fiscais e creditícios para o grande capital, que determinou aos produtores a condição de serem meros fornecedores de matéria-prima, como ocorreu especialmente no caso do pêssego, do aspargo e do tomate para as indústrias de Pelotas e região.

Segundo o último censo demográfico (1995-1996), existe em Morro Redondo um total de 745 estabelecimentos rurais, dos quais 667 (89,5%) têm menos de 50 ha, sendo 713 considerados como familiares, segundo o Incra/Sade (2004). Além disso, como informa a mesma fonte, o valor bruto total da produção é de R\$ 5.952.000,00, do qual 79,2% provêm da produção familiar.

Desse total de estabelecimentos familiares extraiu-se uma amostra representativa de 62 estabelecimentos rurais a serem investigados. O exame da realidade concreta revela um cenário onde a crise de perspectivas aparece bastante evidenciada no discurso dos entrevistados. A fruticultura de clima temperado, com ênfase no pêssego, atravessa a alternância cíclica de queda nos preços pagos pelas indústrias, situação que se arrasta ao longo das três últimas décadas, agravada ainda pela elevação nos custos de produção dos pomares.

A cultura do fumo tem ampliado o número de produtores integrados em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais. O quadro geral é bastante preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida e que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se, portanto, de uma agricultura familiar que, no contexto mais amplo, enfrenta um cenário de crise de expectativas e estagnação.

Os dados da Tabela 1 evidenciam alguns aspectos gerais sobre a realidade dessa pequena localidade gaúcha situada na Serra dos Tapes. Mais de 64% dos 5.998 habitantes de Morro Redondo residem no perímetro rural. O produto interno bruto sofreu alguns revezes nos últimos anos diante do fechamento de algumas fábricas que funcionavam no município, especialmente as que se encontravam vinculadas ao ramo da alimentação.

Tabela 1 - Produto interno bruto, *per capita*, IDH e outros indicadores referentes ao município de Morro Redondo

Tipo de indicador	Valor correspondente
PIB Municipal (2001) em mil R\$	60.800,7
PIB per capita em R\$	10.195
IDH Municipal (2000)	0,770
Valor bruto da agropec. em mil R\$	5.952,4
População total	5.998
População rural	3.847
Número total de estabelecimentos	745
Área média dos estabelecimentos	22,79
Número de explorações familiares*	713
Número de explorações pesquisadas	62

(*) Segundo critérios adotados pelo Incra/Sade (2004).

Fonte: Censo Agropecuário – 1995/1996 (IBGE, 1998), Censo Demográfico – 2000 (IBGE, 2000); FEE (RS).

A área média dos estabelecimentos rurais é de 22,79 ha. Entretanto, segundo a mesma fonte, quase um quarto dos 745 estabelecimentos tem até 10 ha. Trata-se de uma prova cabal dos efeitos do processo de pulverização das posses, com graves impactos para a sucessão hereditária, sobretudo para esse tipo de unidade familiar de produção.

A informação disponibilizada na Tabela 1 é complementada com os dados da Tabela 2, que mostra, entre outras coisas, que o montante dos recursos previdenciários representa 4,5% do PIB municipal. Quase 54% desse total corresponde ao pagamento de 7.844 benefícios rurais. A mesma fonte indica que foram pagos, em média, 10,59 benefícios em 2001 a cada um dos estabelecimentos rurais existentes em Morro Redondo, ou que, do mesmo modo, cada um deles contou com quase um benefício (0,88) por mês nesse mesmo período.

O total de aposentadorias, pensões e amparos, ou seja, os chamados “benefícios de duração continuada”, é de 7.832 benefícios; nada menos que R\$ 164,38 ingressaram mês a mês, em média, em cada um dos estabelecimentos rurais de Morro Redondo. Com base nesses dados fica claramente evidenciada a dimensão que a previdência social rural adquire no contexto da agricultura familiar. De igual maneira, chamamos a atenção para o tema da pluriatividade que será debatido nos parágrafos subseqüentes.

Tabela 2 - Outros indicadores referentes ao município de Morro Redondo, RS

Tipo de indicador	Valor correspondente
Montante de rec. previdenciários em R\$	2.722.379,10
% Montante rec. Prev./PIB Municipal	4,5
Montante de recursos prev. rurais em R\$	1.461.642,89
Número de benefícios rurais	7.844
Número de benefícios por estabelecimento/ano	10,59
Número de benefícios por estabelecimento/mês	0,88
Número de aposentadorias, pensões rurais e amparos	7.832
Valor em R\$ /estabelecimento/ano	1.972,53
Valor em R\$ /estabelecimento/mês	164,38

Fonte: Pesquisa de Campo CNPq/UFPel/UFRGS (2003); FEE, Núcleo de Contabilidade Social; INSS (Gerências Regionais Pelotas, Passo Fundo e Ijuí).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O significado da prática da pluriatividade entre os agricultores está moldado em função do tipo de inserção pluriativa que os caracteriza. Nos 62 questionários aplicados, distinguem-se explorações pluriativas (41,9%) e exclusivamente agrícolas (58,1%), que correspondem, respectivamente, a 26 e 36 do total das unidades em estudo.

As pluriativas que percebem o exercício de atividades não agrícolas como algo positivo e, de certa forma, como elemento libertador das limitações da atividade exclusivamente rural, correspondem ao grupo de agricultores mais capacitados tecnicamente, que fazem uso regular de práticas e técnicas consideradas “modernas”, como o uso de agrotóxicos e fertilização de base química. Neste grupo específico, é destaque o engajamento inconsciente na lógica interna desse modo de se fazer agricultura. Os discursos, via de regra, aludem de forma recorrente a essa questão específica. Referem o quadro de dificuldades na agricultura como impulsionador na busca de novas alternativas ao declínio de rendas agrárias: “É... eu acho que o governo deveria fazer mais pelo agricultor... financiar mais, ter mais dinheiro pro adubo e para os remédios...pois o preço da uréia quase dobrou de dois anos para cá...”

A expansão da cultura do fumo reveste-se de importância na medida em que desvela o caminho que alguns produtores do município de Morro Redondo e da região conseguiram trilhar em face de oportunidades que nem sempre estão à disposição da maioria dos produtores para garantir um ingresso econômico compatível com suas demandas, alguns, porque estão descapitalizados, outros porque não possuem mão-de-obra disponível. Em outros casos, a escolha recai na segurança que oferece a fumicultura, se comparada com outras opções. Os depoimentos transcritos são representativos dessa tendência:

Eu passei a trabalhar com o fumo porque eles financiam a gente, financiam a estufa, o adubo e os defensivos... é mais caro que se comprar por conta da gente mesmo... Mas a gente não tem dinheiro para pagar à vista, então acaba comprando dele mesmo [da indústria fumageira].

Antes eu plantava cebola, batata, cenoura... quando chegava na hora de vender... o preço não dá... Eu parei de vender... é muito pouco vender 1 kg de cebola por 10 centavos... Nesse ponto, o fumo rende mais. Exige mais técnica, mais trabalho da família, dia ou de noite, mas compensa.

A comercialização da própria produção em feiras agroecológicas da cidade de Pelotas configura um tipo particular de pluriatividade em que o agricultor familiar incorpora a condição de feirante. O exercício dessa atividade requer não apenas conhecimento, mas um nível de capitalização compatível com o custo de transporte e de outras despesas que transcendem a esfera propriamente dita da produção:

Eu faço seis feiras por semana.... antes eu entregava pro intermediário lá mesmo na colônia... não dava muito e aí eu resolvi trabalhar na feira... tá rendendo mais que antes. Tenho um empregado e vou investir mais na plasticultura.

Jovens agricultores ou outros membros das famílias rurais lançam-se ao trabalho em fábricas como forma de incrementar o nível de ingresso econômico familiar ou de superar situações circunstanciais desfavoráveis. Nem sempre essas oportunidades estão à disposição dos indivíduos, mas os que delas se valem têm uma clara noção do que representam, tal como revela o depoimento abaixo transcrito:

Eu não penso em voltar e ficar só aqui não... (deixar o trabalho na fábrica e retornar à propriedade para atividade exclusiva)... Lá, é certeza... a gente sabe que no final do mês o dinheiro tá lá... Aqui a gente tem que contar com o tempo... e agora então... com essa seca...

Entre as unidades pluriativas estudadas, naquelas onde o filho(a) já se encontra empregado na cidade a incerteza sobre a continuidade da exploração familiar é mais acentuada. Apesar de ainda ajudarem os pais em seus períodos de folga, a percepção do trabalho agrícola remonta cenário antigo, marcado por dificuldades de natureza diversa, além de uma insatisfação quanto à realização dos próprios projetos de vida. Assim essa percepção é observada:

Eu já lavei muita terra com cavalo e arado, de manhã até de noite... frio e tudo. Não é fácil... depende só da gente é aí... quando não dá pra fazer o serviço todo, a gente trocava trabalho com os vizinhos... eles ajudavam... mas é difícil... Na cidade... o trabalho é aquele e pronto...

Os dados da Tabela 3 indicam os valores médios da renda agrícola (exclusivamente decorrente da venda da produção agropecuária) e da renda total (conjunto de receitas

provenientes das atividades agrícolas e não agrícolas, realizadas dentro e fora da exploração, assim como as transferências sociais). É possível vislumbrar diferenças entre os dois tipos de estabelecimentos. Os pluriativos, como mostra a Tabela 3, apresentam uma renda agrícola média anual mais baixa que a dos estabelecimentos exclusivamente agrícolas. Entretanto, quando analisamos o conjunto de rendas que ingressam na exploração, aqui referido como renda total média anual, a situação inverte-se completamente.

Não resta dúvida de que o exercício dessas atividades e iniciativas cumpre o papel de assegurar um nível de consumo socialmente aceitável para um grande número de explorações familiares que hodiernamente se defrontam com um cenário de grandes incertezas na agricultura, bem como na perspectiva de seu ciclo vital.

Tabela 3 - Renda total média anual e renda agrícola média anual segundo o tipo de estabelecimento investigado

Tipo de estabelecimento	Renda agrícola	Renda total	% da renda agrícola sobre a renda total
Pluriativo	R\$ 4.247,28	R\$ 14.078,27	30,16%
Agrícola exclusivo	R\$ 7.570,05	R\$ 11.327,27	66,82%

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS (2003).

Se era previsto que o grupo dos estabelecimentos exclusivamente agrícolas apresentasse renda agrícola superior à dos pluriativos, a diferença entre os mesmos quanto à renda total não tem a mesma intensidade. De fato, torna-se clara a dependência dos primeiros às condições favoráveis dos preços agrícolas e do mercado em geral, além de dependerem também de complementação dessa renda via recursos de aposentadoria. No caso dos agricultores exclusivos, a presença de aposentados é manifesta em 22 unidades, o que corresponde a 61,1% dos casos. Desse total de unidades, 42,85% afirmaram fazer uso dos recursos da aposentadoria para o custeio da atividade agrícola. Do lado dos pluriativos, verificou-se a presença de aposentados em 19 das 26 unidades, o que corresponde a 73,1% do total, das quais apenas 30,8% revelaram fazer uso de recursos da aposentadoria para a atividade agrícola.

A contratação de mão-de-obra para o ano agrícola 2001/2002 foi observada em 72% do total dos estabelecimentos agrícolas. Tal incidência é bem superior àquela verificada entre o segmento dos pluriativos, onde se verificou essa prática em aproximadamente 54% de casos.

Em relação ao crédito referente à safra 2001/2002, observou-se que foi mais utilizado entre os agrícolas exclusivos, em cerca de 83% deles contra 77% dos pluriativos.

Quanto à assistência técnica, o atendimento foi semelhante para ambos os grupos, atingindo 69,4% para os agrícolas exclusivos e 69,2% para os pluriativos. A Emater foi o principal veículo de extensão para os dois tipos, atingindo 61,5% dos pluriativos e 69,4% dos agrícolas exclusivos.

Em relação às práticas conservacionistas, com exceção do uso de esterco e de outros materiais orgânicos, mais utilizadas entre os pluriativos (84,6% dos casos) do que entre os agricultores exclusivos (77,8%), e da rotação de culturas, 69,2% contra 52,8%, respectivamente, observou-se que as práticas de natureza preservacionista não despertam interesse em ambos os grupos. Nesse sentido, destaca-se que, entre os agricultores exclusivos, o uso de curvas de nível – uma prática relativamente simples em sua execução – é observado em apenas 36,1% dos casos. Palestras ou temas agropecuários despertam mais interesse nos pluriativos (76%) do que entre os agricultores exclusivos, aproximadamente 69%.

Observou-se também que a participação dos agricultores em associações comunitárias de produtores rurais é bem mais intensa entre os pluriativos (57,7%) do que entre os agricultores exclusivos, com 47,2% dos casos. Destaca-se, contudo, a reduzida participação das mulheres em associações e/ou clubes de mães, perfazendo pouco mais de 10% para ambos os casos.

Também é reduzida a participação dos entrevistados nas atividades ligadas ao lazer e entretenimento, com apenas 13% deles manifestando freqüentar tais eventos. Entre os pluriativos, mais de 80% confirmou sua abstinência a eles.

Quanto ao grau de confiança e credibilidade manifesto em relação a outros atores sociais que fazem parte de seu cotidiano, tanto os pluriativos – com 38,5% – quanto os agricultores exclusivos – com 41,7% – indicaram os vizinhos como os mais confiáveis. Por outro lado, quando indagados sobre em quem não teriam confiança e nenhuma credibilidade, os vereadores do município foram apontados tanto pelos pluriativos (38,5%) quanto pelos agricultores exclusivos (30,6%) como menos confiáveis.

Estes aspectos foram levantados com o fito de mensurar o capital social no contexto da municipalidade em foco. No confronto entre pluriativos e exclusivamente agrícolas algumas pequenas diferenças foram detectadas nos termos a que aludimos anteriormente. Comparando-se o momento atual com a época em que os pais trabalhavam na agricultura, os pluriativos, em 80,8% dos casos, afirmam que a situação melhorou pelo menos em algumas coisas. A mesma percepção é sentida em número menor, 63,9% entre os agricultores exclusivos.

Em termos de perspectivas futuras para si e para a família, os pluriativos são menos pessimistas, dado que 46,2% deles desacreditam no futuro da atividade, ao passo que, entre os agricultores exclusivos, a esperança de tempos melhores é algo possível apenas para 33,3% deles. Esse quadro de relativo desalento se identifica no mesmo sentido quando se expressam em relação ao desejo de ver os filhos seguindo a profissão de agricultor. Indagados sobre essa questão, 61,5% dos pluriativos manifestaram tal desejo; já, entre os agricultores exclusivos, apenas 44,4% deles objetivam tal intento. No mesmo sentido, apenas 27,8% dos exclusivamente agrícolas contra 46,2% dos pluriativos prevêem o prosseguimento da atividade através de sua descendência.

Na hipótese de um cenário no qual uma eventual diminuição de renda na agricultura se estenda em um prazo maior de anos, nenhum dos dois grupos optou por deixar de trabalhar na terra e vendê-la. A permanência na atividade, quer seja via compasso de espera até que a situação melhore, quer através da busca de novos aperfeiçoamentos tecnológicos, foi manifestada por 88,5% dos pluriativos e por 80,6% dos agricultores exclusivos. Além dessas opções, a orientação em torno de uma atividade não agrícola, mantendo-se a propriedade da terra, foi expressa em 11,5% dos pluriativos e em 13,9% dos agricultores exclusivos.

Quanto à relação com a cidade, no sentido da propensão de mudança do domicílio atual, constatou-se que 19,3% do total dos entrevistados manifestaram haver em sua família pelo menos um de seus membros com tais propósitos. Contraditoriamente, em função do próprio estado em que se encontram e em face das suas expectativas quanto ao futuro, entre os agricultores exclusivos, em 83,3% dos casos, essa propensão é negada, contra 69,2% entre os pluriativos. Tanto para os exclusivamente agrícolas quanto para os pluriativos percebem-se características que os distinguem entre si e que podem ser observadas principalmente no plano de suas representações sociais.

De qualquer maneira, a importância das transferências sociais é fundamental na composição da renda das unidades estudadas, principalmente naquelas que são exclusivamente agrícolas. Em relação às atividades operacionais da produção agrícola, há um nível relevante de dependência da contribuição pecuniária dos aposentados, o que mostra o estado de equilíbrio débil das unidades familiares desta localidade.

Outra pequena distinção entre ambos surge quando constatamos que os estabelecimentos exclusivamente agrícolas demandam mais crédito e contratam relativamente mais mão-de-obra do que os pluriativos.

Se, para o conjunto dos dois segmentos, a perseverança no que fazem está evidenciada pelo fato de nenhum deles optar em se desfazer da terra caso haja uma piora na atividade agrícola, a continuidade do trabalho por parte da família é incerta, principalmente entre os agricultores exclusivos. Apenas um terço destes últimos vê perspectivas na agricultura para si e para a família, o que não deixa de ser preocupante, tratando-se de famílias que têm a sua história de vida ligada ao meio rural.

Além disso, pouco menos da metade deles deseja esse futuro para seus filhos. A princípio, infere-se um estado de resignação aparente desses agricultores na gestão de suas unidades produtivas. Isso pode ser parcialmente explicado por um quadro de pouca flexibilidade que ofereça alternativas que tornem mais rentáveis as atividades atualmente desenvolvidas.

Nesse sentido, para ambos os grupos, percebe-se ainda a expectativa dos agricultores quanto à necessidade de políticas públicas de apoio direto à produção e, de certa forma, maior participação do Estado em ações que possam oferecer melhores condições de concorrência nos mercados em que atuam.

Entre os pluriativos de maior renda agrícola, a percepção da pluriatividade é observada como algo natural, assimilada pelos agricultores como a própria imposição da vida moderna. Alguns trechos discursivos relatam indícios de que o caminho que leva ao atendimento de novas demandas nem sempre oferece as condições ideais no marco da agricultura:

Eu gosto da lavoura, da criação, dessa tranquilidade que você tá vendo... Mas ficar aqui, seguido, não dá mais.... Os filhos já preferem a cidade... Antes, no tempo que, na idade desses meus meninos aí, aqui na volta tinha muito mais gente... Só ficou os velhos.... Uns já aposentaram, ficam aí, não cultivam muito não... É difícil lidar com criação nessa idade, e a terra não dá quantidade para todos... Aí tem que ir pra cidade mesmo, tem que ir né...

Antes tinha muito mais gente... Os filhos ficavam mais, ajudavam mais... Agora eles querem melhorar a vida, é normal, por isso vão pra cidade.

Em síntese, a percepção positiva dos pluriativos quanto às expectativas futuras está fundamentada na conciliação entre a atividade rural e aquela exercida na cidade. Ainda que não manifestem o desejo de abandonar a atividade rural, fica implícita a opção em priorizar essa dualidade em seu mundo de trabalho. Observou-se ainda que os pluriativos com maior renda total conseguiram romper as barreiras impostas pelos intermediários do processo produtivo, finalizando diretamente com o consumidor a venda de seus produtos. Esse fato se impõe como elemento de estímulo para a continuidade da atividade rural. Entretanto, fica também clara a incerteza dos grupos familiares cujos filhos se encontram prestes a concluir o segundo grau (ensino intermediário). Principalmente as mulheres procuram melhor qualificação através da continuação dos estudos – término de segundo grau – numa clara tendência a se estabelecer, prioritariamente, sob regime assalariado.

Este trabalho, em suma, buscou contribuir no debate sobre os rumos da agricultura familiar gaúcha, tratando especificamente sobre o contexto de uma localidade situada na microrregião de Pelotas, cuja lógica de funcionamento aparece claramente identificada com o que ocorre em outras localidades do Rio Grande do Sul. O elemento que se buscou aqui destacar é que a pluriatividade não pode ser analisada de forma a desarticular, de um lado, a trajetória dos grupos domésticos, e, de outro, o contexto em que estes acham-se inseridos. Ao fim e ao cabo, convergiu-se no entendimento de que ela assume o caráter de uma estratégia específica adotada pelas famílias para assegurarem um nível do consumo socialmente aceitável.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação e as premissas de que partimos podem ajudar na elucidação de outros processos similares aos que foram aqui examinados.

Nas condições em que operam as explorações familiares de Morro Redondo, não cabem alusões ao potencial da pluriatividade como caminho à acumulação de capital, mas como recurso que visa atender às demandas efetivas de um setor da população que enfrenta as vicissitudes de um cenário francamente desfavorável. Os últimos anos de seca e a escassez de alternativas não fizeram mais que confirmar essa tendência.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, *Censo Agropecuário 1995/1996*. Nº 22, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Brasil, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Sade – Banco de dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp>> Acesso em: 29 fev. 2004.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J. ; SCHOUTHEETE. M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAMPAGNE, P.; CARRÈRE, G.; VALCESCHINI, E. Three agricultural regions of France: three types of pluriactivity. *Journal of rural studies*, Great Britain, v. 6, n. 4, p. 415-422, 1990.

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CARNEIRO, Maria José, TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Pluriatividade e novas ruralidades: identidades sociais em construção. 03/04 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.unicam.br/nea/rurbano/textos/congresem/III/Maria.htm>> Acesso em: 20 dez. 2004

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

EFSTRATOGLU-TODOULU, S. Pluriactivity in different socio-economic contexts: a test of the push-pull hypothesis in Greek farming. *Journal of rural studies*, Great Britain, v. 6, n. 4, p. 407-413, 1990.

EIKELAND, S. New rural pluriactivity? Household strategies and rural renewal. In: Norway. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 39, n. 3, p. 359-376, 1999.

ETXEZARRETA, M. et al. *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Madrid: 1995.

FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-RS. Documentos FEE nº 48, Índice Social Municipal Ampliado. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos.fee.48.zip>>.

FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-RS. Estatísticas FEE - PIB e PIB per capita a preço de mercado – 2001; <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_pib.php>

FULLER, A. M. Part-Time Farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. *Research in rural sociology and development*. Connecticut, Jai Press, 1984.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of rural studies*, Great-Britain, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.

GARCIA JR, A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JR, A. R. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

JERVELL, A. M. Changing patterns of family farming and pluriactivity. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 39, n. 1, p. 100-116, 1999.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2., n. 3, p. 515-551, 1998.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução Otto Ercich Walter Mass. Brasília: Linha Gráfica, 1998.

KINSELLA, J.; FLOOR DE JONG, S. W.; RENTING, H. Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 481-496, 2000.

REIS et al. How “rural” is agricultural pluriactivity? *Journal of rural studies*, Great-Britain, v. 6, n. 4, p. 395-399, 1990.

SACCO DOS ANJOS, F. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: UFPEL, 1995.

_____. Imprecisões, ambigüidades e contradições. Das sociologias do “Rural” às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXIII. *Anais...* v. 2, Brasília, SOBER, 1995a, p. 1196-1207.

_____. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, out., p. 54-80, 2001.

_____. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: UFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 16., n. 1, p. 105-119, 1995.

_____. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

_____. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre, 1999, 470 p. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOFER, M. Pluriactivity in the Moshav: family farming in Israel. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 17, p. 363-375, 2001.

SOUZA, M. A pluriatividade nos países capitalistas desenvolvidos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXVII. *Anais...* 1999, Foz do Iguaçu, PR.

SYNOPSIS

FAMILY AGRICULTURE AND PLURIACTIVITY IN MORRO REDONDO, RS.

The present study it approaches the phenomenon of the pluriactivity in the context of family farms of Morro Redondo, a representative locality of the southern region in the state of Rio Grande do Sul. The first section is dedicated to an exposition on the research problem. The second centers in a reflection on the concept of pluriactivity and its interfaces with familiar agriculture while category of analysis. The third section presents the methodology of the research was carried out by Federal University of Pelotas and Federal University of Rio Grande do Sul. The fourth section deals with the quarrel on some aspects that identify the empirical context of this research, which are, the city of Mount Redondo, RS. It is in the fifth and last section that if the raised data and information argue to leave of this study. It has important differences between exclusively and pluriactivity farms. The agriculture exclusively tend to present an agricultural income superior to the pluriactive farms. However, the pluriactive farm tends to present an total income superior to the exclusively farms. The exercise of the external activities and the social transferences (retirements and pensions) guarantees the attendance of the necessities of the family.

Key words: Family agriculture, pluriactivity, rural development.

SINOPSIS

AGRICULTURA FAMILIAR Y PLURIACTIVIDAD EN MORRO REDONDO, RS

El presente estudio aborda el fenómeno de la pluriactividad practicada por agricultores familiares de Morro Redondo, una pequeña localidad ubicada en el extremo sur de Rio Grande do Sul. El primer apartado es dedicado a una exposición sobre el problema de investigación, mientras que el segundo realiza una reflexión sobre el concepto de pluriactividad y los vínculos existentes con la dinámica de la agricultura familiar en cuanto categoría de análisis. El tercero apartado expone el marco metodológico de una investigación llevada a cabo, respectivamente, por los programas de pos-grado en Agronomía y Desarrollo Rural de la Universidad Federal de Pelotas y Universidad Federal de Rio Grande do Sul. En el cuarto apartado los autores subrayan los aspectos que identifican el contexto empírico de la investigación, mientras que en la quinta y última parte son discutidos los datos e informaciones existentes. El estudio demuestra las diferencias existentes entre las explotaciones pluriactivas y exclusivamente agrícolas. Las primeras presentan una renta agrícola superior a las pluriactivas. Por otra parte, las explotaciones pluriactivas tienden a presentar una renta total superior a las que son exclusivamente agrícolas. El ejercicio de actividades externas y los ingresos provenientes de las transferencias sociales aseguran, conjuntamente, la satisfacción de las necesidades familiares.

Palabras llave: Agricultura familiar, pluriactividad, desarrollo rural.